



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5057099-64.2019.4.04.7100/RS

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CREMERS (AUTOR)

APELADO: RICARDO DE GASPERI NEU (RÉU)

APELADO: RICARDO DE GASPERI NEU (RÉU)

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PUBLICAÇÕES EM BLOGUE DE CARÁTER OFENSIVO A DIRIGENTES DE CONSELHO DE CLASSE. TEXTOS SEM PROPÓSITO INFORMATIVO. CONFLITO ENTRE DIREITOS DE PERSONALIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO. ABUSO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, QUE NÃO É ABSOLUTA.

1. Os direitos e as liberdades não são absolutos nem ilimitados, e em diversas situações em que está em causa direito fundamental, o exercício desse direito pode confrontar com outro direito fundamental, também merecedor de tutela constitucional, não se podendo proteger incondicionalmente um deles sem nulificar o outro.

2. Quando as matérias publicadas em blogue têm cunho ofensivo e não jornalístico, com potencial lesivo à imagem do conselho de classe, cabível a determinação para que os textos sejam retirados do ar, pois a liberdade de expressão não é absoluta e seu abuso, que eventualmente pode causar danos a outrem, deve ser coibido pela Direito.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, dar provimento à apelação para reformar a sentença e determinar que o réu seja compelido a retirar do blogue "www.imprensativrers.com" as publicações discutidas neste processo, bem como para que deixe de publicar novas postagens que contenham referências ofensivas ao CREMERS e a seus dirigentes, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2020.

RELATÓRIO

Trata-se de ação de obrigação de fazer ajuizada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul – CREMERS contra Ricardo de Gasperi Neu, objetivando a concessão de tutela antecipada e, ao final, provimento jurisdicional que impeça o réu de publicar novas postagens, dizeres, matérias ou semelhantes que façam referências indiretas ou implícitas especulativas, desabonadoras, injuriosas e/ou pejorativas ao presidente e aos conselheiros do CREMERS e, de modo geral, à autarquia. Narrou que, em 19-8-2019, Eduardo Neubarth Trindade, presidente do conselho autor, recebeu um telefonema do demandado no qual este disse a seu interlocutor que tinha em mãos um material que depunha contra os conselheiros da entidade e que o publicaria em seu blogue caso o presidente demitisse o coordenador jurídico do conselho. No dia seguinte, o blogue "www.imprensativrers.com" publicou conteúdo que fez presumir que a ameaça do dia anterior havia se concretizado. Diante disso, o presidente do conselho registrou ocorrência do fato na Polícia Federal, tendo o então coordenador jurídico recebido estranha visita do réu em sua sala na sede do CREMERS. Em 21-8-2019, a demissão do coordenador foi levada a efeito e, dias depois, em 29-8-2019, nova matéria ofensiva foi publicada pelo réu em seu blogue, na qual se fez referência velada ao presidente da entidade. No entender da autarquia, as publicações podem causar danos ao conselho, a seus conselheiros e dirigentes.

Em emenda à inicial, foi informado que o réu fizera nova publicação, desta feita de caráter mais ofensivo, na qual mencionou a alcunha "Dudu", que, ao que tudo indica, refere-se ao presidente Eduardo Neubarth Trindade.

A sentença julgou improcedente o pedido, deixando de condenar o autor em honorários advocatícios por conta da revelia do réu. Em embargos de declaração, a sentença foi complementada a fim de esclarecer que a decisão que antecipou os efeitos da tutela, proferida no agravo de instrumento nº 5037786-77.2019.4.04.0000, restou revogada pela superveniência da sentença de improcedência.

Irresignado, o CREMERS apelou. Em suas razões recursais, recapitulou os fatos que deram ensejo à propositura da demanda, recorrendo sobre as medidas judiciais adotadas pelos ofendidos visando cessar as publicações feitas e mencionando que, nada obstante deferida a antecipação dos efeitos da tutela, o réu não cumpriu a decisão, mantendo em seu blogue todas as publicações e, ainda, fazendo outras tão graves quanto as narradas na inicial. Destacou que em diversos processos aos quais o réu responde ele tornou-se revel, atitude que revelaria total desprezo para com o Poder Judiciário. Referiu

que a sentença recorrida chancelou a conduta ilícita (e até mesmo criminosa) do jornalista demandado sob a justificativa de um pretensão direito à liberdade de expressão, merecendo portanto reforma. Afirmou que a liberdade de expressão não significa que qualquer um possa exprimir suas opiniões sem qualquer limite e de forma afrontosa às pessoas e instituições e que a ideia de não haver direito absoluto é basilar, tanto que se o direito à liberdade de expressão fosse absoluto perderiam sua razão de ser os dispositivos penais que tratam dos crimes contra a honra. Pontuou que o blogue do réu utilizou amplamente palavras de baixo calão, frases jocosas e de escárnio aos dirigentes do CREMERS, buscando questionar e atingir a idoneidade destes, não faltando exemplos nos autos do processo. Nesse sentido, asseverou que de jornalísticas as postagens nada têm, não se podendo falar em liberdade de imprensa para fins de garantia da informação, uma vez que "não há informação!", muito menos em matéria de cunho opinativo, na medida em que a opinião, no jornalismo, vem baseada em fatos, denúncias concretas, que são analisados e sobre os quais o profissional emite seu ponto de vista, que pode ser crítico, ácido, áspero e impertinente, ou até mesmo cínico, audacioso ou atrevido, mas há de ser embasado em fatos. Logo, no choque entre a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e o direito à honra e à imagem tanto do presidente do CREMERS e de seu pai, na condição de conselheiro da autarquia, quanto da própria autarquia, devem ser aplicados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade a fim de evitar-se a propagação de textos caluniosos, injuriosos e difamantes, que constitui abuso do direito. No mais, teceu considerações sobre o julgado utilizado como paradigma pela magistrada e, na sequência, apontou que na publicação de 29-8-2019 aparece a tarja "CORRUPÇÃO" acima da postagem sem que haja qualquer descrição de fato a ser noticiado propriamente dito, em evidente abuso do direito de liberdade de expressão. No mais, trouxe à baila outro caso em que o réu abusou de dito direito e acabou sendo instado a retirar de seu blogue as publicações ofensivas e, ainda, notícia veiculada pelo *site* do Ministério Público Estadual que informa que o réu já foi condenado, pela 8ª Vara Criminal do Foro Central de Porto Alegre, por corrupção passiva e concussão, o que, por si só, levanta questionamento sobre a idoneidade da sua conduta. Ao final, postulou:

a) o recebimento da presente apelação;

b) a suspensão imediata dos efeitos da sentença, nos moldes do art. 1.012, §§ 3º, inciso I, e 4º do Código de Processo Civil, com o fim de restabelecer a tutela de urgência antecipada deferida no Agravo de Instrumento;

c) O provimento do recurso e a reforma integral da sentença com a condenação do recorrido nos consectários legais.

Sem contrarrazões, foi feita a remessa eletrônica dos autos a este Tribunal.

É o relatório.

VOTO

Quando da análise do pedido de tutela de urgência no agravo de instrumento nº 5037786-77.2019.4.04.0000, foi proferida decisão no sentido de que o Supremo Tribunal Federal, chamado a decidir acerca dos conflitos entre os direitos da personalidade e a liberdade de expressão, tem dado prioridade a esta última, ressaltando que, embora inexista hierarquia entre normas constitucionais, reconhece-se a essa liberdade uma posição preferencial. Quando da decisão da ADPF 130 sobre a Lei de Imprensa, foi assentada pelo Supremo a não-recepção da Lei 5.250/67 ante a incompatibilidade material da norma com a ordem constitucional vigente. Confira-se o acórdão resultante do referido julgamento, com especial atenção para o trecho em que tratada a ofensa à honra e imagem de agente público:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). LEI DE IMPRENSA. ADEQUAÇÃO DA AÇÃO. REGIME CONSTITUCIONAL DA "LIBERDADE DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA", EXPRESSÃO SINÔNIMA DE LIBERDADE DE IMPRENSA. A "PLENA" LIBERDADE DE IMPRENSA COMO CATEGORIA JURÍDICA PROIBITIVA DE QUALQUER TIPO DE CENSURA PRÉVIA. A PLENITUDE DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO REFORÇO OU SOBRETUTELA DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELLECTUAL E COMUNICACIONAL. LIBERDADES QUE DÃO CONTEÚDO ÀS RELAÇÕES DE IMPRENSA E QUE SE PÔEM COMO SUPERIORES BENS DE PERSONALIDADE E MAIS DIRETA EMANAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O CAPÍTULO CONSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO SEGMENTO PROLONGADOR DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELLECTUAL E COMUNICACIONAL. TRANSPASSE DA FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS PROLONGADOS AO CAPÍTULO PROLONGADOR. PONDERAÇÃO DIRETAMENTE CONSTITUCIONAL ENTRE BLOCOS DE BENS DE PERSONALIDADE: O BLOCO DOS DIREITOS QUE DÃO CONTEÚDO À LIBERDADE DE IMPRENSA E O BLOCO DOS DIREITOS À IMAGEM, HONRA, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA. PRECEDÊNCIA DO PRIMEIRO BLOCO. INCIDÊNCIA A POSTERIORI DO SEGUNDO BLOCO DE DIREITOS, PARA O EFEITO DE ASSEGURAR O DIREITO DE RESPOSTA E ASSENTAR RESPONSABILIDADES PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO PLENO GOZO DA LIBERDADE DE IMPRENSA. PECULIAR FÓRMULA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO A INTERESSES PRIVADOS QUE, MESMO INCIDINDO A POSTERIORI, ATUA SOBRE AS CAUSAS PARA INIBIR ABUSOS POR PARTE DA IMPRENSA. PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS A TERCEIROS. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA.

RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. PROIBIÇÃO DE MONOPOLIZAR OU OLIGOPOLIZAR ÓRGÃOS DE IMPRENSA COMO NOVO E AUTÔNOMO FATOR DE INIBIÇÃO DE ABUSOS. NÚCLEO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E MATÉRIAS APENAS PERIFERICAMENTE DE IMPRENSA. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI Nº 5.250/1967 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. (...) 2. REGIME CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO REFORÇO DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO EM SENTIDO GENÉRICO, DE MODO A ABARCAR OS DIREITOS À PRODUÇÃO INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E COMUNICACIONAL. A Constituição reservou à imprensa todo um bloco normativo, com o apropriado nome "Da Comunicação Social" (capítulo V do título VIII). A imprensa como plexo ou conjunto de "atividades" ganha a dimensão de instituição-ideia, de modo a poder influenciar cada pessoa de per se e até mesmo formar o que se convencionou chamar de opinião pública. Pelo que ela, Constituição, destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. Entendendo-se por pensamento crítico o que, plenamente comprometido com a verdade ou essência das coisas, se dota de potencial emancipatório de mentes e espíritos. O corpo normativo da Constituição brasileira sinonimiza liberdade de informação jornalística e liberdade de imprensa, rechaçando de qualquer censura prévia a um direito que é signo e penhor da mais encarecida dignidade da pessoa humana, assim como do mais evoluído estado de civilização. 3. O CAPÍTULO CONSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO SEGMENTO PROLONGADOR DE SUPERIORES BENS DE PERSONALIDADE QUE SÃO A MAIS DIRETA EMANAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E O DIREITO À INFORMAÇÃO E À EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELECTUAL E COMUNICACIONAL. TRANSPASSE DA NATUREZA JURÍDICA DOS DIREITOS PROLONGADOS AO CAPÍTULO CONSTITUCIONAL SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL. O art. 220 da Constituição radicaliza e alarga o regime de plena liberdade de atuação da imprensa, porquanto fala: a) que os mencionados direitos de personalidade (liberdade de pensamento, criação, expressão e informação) estão a salvo de qualquer restrição em seu exercício, seja qual for o suporte físico ou tecnológico de sua veiculação; b) que tal exercício não se sujeita a outras disposições que não sejam as figurantes dela própria, Constituição. A liberdade de informação jornalística é versada pela Constituição Federal como expressão sinônima de liberdade de imprensa. Os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa são bens de personalidade que se qualificam como sobredireitos. Daí que, no limite, as relações de imprensa e as relações de intimidade, vida privada, imagem e honra são de

mútua excludência, no sentido de que as primeiras se antecipam, no tempo, às segundas; ou seja, antes de tudo prevalecem as relações de imprensa como superiores bens jurídicos e natural forma de controle social sobre o poder do Estado, sobrevivendo as demais relações como eventual responsabilização ou consequência do pleno gozo das primeiras. A expressão constitucional "observado o disposto nesta Constituição" (parte final do art. 220) traduz a incidência dos dispositivos tutelares de outros bens de personalidade, é certo, mas como consequência ou responsabilização pelo desfrute da "plena liberdade de informação jornalística" (§ 1º do mesmo art. 220 da Constituição Federal). Não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, inclusive a procedente do Poder Judiciário, pena de se resvalar para o espaço inconstitucional da prestidigitação jurídica. Silenciando a Constituição quanto ao regime da internet (rede mundial de computadores), não há como se lhe recusar a qualificação de território virtual livremente veiculador de ideias e opiniões, debates, notícias e tudo o mais que signifique plenitude de comunicação. (...) Em se tratando de agente público, ainda que injustamente ofendido em sua honra e imagem, subjaz à indenização uma imperiosa cláusula de modicidade. Isto porque todo agente público está sob permanente vigília da cidadania. E quando o agente estatal não prima por todas as aparências de legalidade e legitimidade no seu atuar oficial, atrai contra si mais fortes suspeitas de um comportamento antijurídico francamente sindicável pelos cidadãos. (...) (STF, ADPF 130, Tribunal Pleno, rel. Ministro Carlos Britto, j. em 30-4-2009, DJe 6-11-2009)

Na decisão que antecipou os efeitos da tutela consignou-se, também, que, nada obstante a orientação do Supremo, os direitos e as liberdades não são absolutos nem ilimitados, e em diversas situações em que está em causa direito fundamental, o exercício desse direito pode confrontar com outro direito fundamental, também merecedor de tutela constitucional, não se podendo proteger incondicionalmente um deles sem nulificar o outro. Em outras palavras, deve-se ter em mente que direitos fundamentais não são absolutos, e sim relativos, e sua tutela encontra, em certo ponto, limite insuperável na tutela de um direito igualmente fundamental, porém concorrente.

A compreensão acima amolda-se ao presente caso, em que existe nítida colisão entre a liberdade de expressão e de informação, de um lado, e o direito à honra e à imagem, de outro.

Pois bem.

As matérias publicadas no blogue "www.imprensativrers.com" e juntadas à inicial (evento 1, OUT3 e OUT4) têm visível cunho ofensivo, com potencial lesivo à imagem do CREMERS, na medida em que a liberdade de expressão e informação contribui para formação da opinião pública, que pode sofrer desvios ou distorções pelo uso abusivo das referidas liberdades. Tais textos sob qualquer hipótese podem ser chamados de jornalísticos, pois carecem do intuito informativo que permeia a atividade jornalística.

Ora, eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado por meio de retificação, direito de resposta, indenização e pela retirada da matéria jornalística de sítio eletrônico de meio de comunicação.

Logo, diante do teor ofensivo das publicações, de rigor a reforma da sentença recorrida.

Acolhe-se o recurso para determinar que o réu seja compelido a retirar do seu blogue as publicações feitas, bem como que deixe de publicar novas postagens que contenham referências ofensivas ao CREMERS e a seus dirigentes, restabelecendo-se, assim, o provimento que antecipou os efeitos da tutela.

Sem honorários ante a revelia do réu.

Custas pelo demandado.

ANTE O EXPOSTO, voto no sentido de dar provimento à apelação para reformar a sentença e determinar que o réu seja compelido a retirar do blogue "www.imprensativrers.com" as publicações discutidas neste processo, bem como para que deixe de publicar novas postagens que contenham referências ofensivas ao CREMERS e a seus dirigentes.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002245389v15** e do código CRC **31ebff54**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Data e Hora: 16/12/2020, às 12:10:14

5057099-64.2019.4.04.7100

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO TELEPRESENCIAL DE 15/12/2020

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5057099-64.2019.4.04.7100/RS

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

PRESIDENTE: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

PROCURADOR(A): PAULO GILBERTO COGO LEIVAS

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CREMERS (AUTOR)

APELADO: RICARDO DE GASPERI NEU (RÉU)

APELADO: RICARDO DE GASPERI NEU (RÉU)

Certifico que este processo foi incluído na Pauta da Sessão Telepresencial do dia 15/12/2020, na sequência 911, disponibilizada no DE de 02/12/2020.

Certifico que a 3ª Turma, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

A 3ª TURMA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO PARA REFORMAR A SENTENÇA E DETERMINAR QUE O RÉU SEJA COMPELIDO A RETIRAR DO BLOGUE "WWW.IMPRESALIVRERS.COM" AS PUBLICAÇÕES DISCUTIDAS NESTE PROCESSO, BEM COMO PARA QUE DEIXE DE PUBLICAR NOVAS POSTAGENS QUE CONTENHAM REFERÊNCIAS OFENSIVAS AO CREMERS E A SEUS DIRIGENTES.

RELATORA DO ACÓRDÃO: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

VOTANTE: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

VOTANTE: DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

VOTANTE: DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

MÁRCIA CRISTINA ABBUD
Secretária